



Fato Relevante – 07/18

## Reapresentação das Demonstrações Financeiras de 2017

A Companhia Paranaense de Energia – COPEL, empresa que gera, transmite, distribui e comercializa energia, com ações listadas na B3 (CPLE3, CPLE5, CPLE6), na NYSE (ELPVY, ELP) e na LATIBEX (XCOP), em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 358/02, vem comunicar aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em complemento aos Comunicados ao Mercado nºs 26/17 e nº 29/17, divulgados pela Companhia em 14 e 24 de novembro de 2017, respectivamente, e aos Fatos Relevantes nºs 03/18, 04/18 e 06/18, divulgados pela Companhia em 23 de março, 12 de abril e 10 de maio de 2018, respectivamente, reapresentou junto à CVM, nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (“DFs 2017”), com ajustes nas Demonstrações Financeiras comparativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016 (“DFs 2015” e “DFs 2016”), sendo que o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 reapresentadas foi emitido sem ressalva.

Conforme já divulgado na Nota Explicativa nº 3.2 das Informações Trimestrais – ITR referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2017 (“ITR 3T17”), a Administração da Companhia identificou, durante a preparação da ITR 3T17, que a controlada indireta UEG Araucária Ltda. (“UEG Araucária”) mantinha recursos em Fundo de Investimento Multimercado, que detém cotas de outros fundos de investimentos, os quais, por sua vez, mantinham investimentos em empresa de capital fechado, cujo ativo principal é um empreendimento imobiliário.

Em decorrência disso, em conformidade com as melhores práticas de governança, a Administração da Companhia contou com a assessoria de especialistas independentes, os quais, em conjunto com a Administração da Companhia, realizaram investigação interna para avaliar a natureza, classificação e avaliação desse investimento, a abrangência de eventuais impactos e as condições em que tal investimento foi efetuado. Os trabalhos de avaliação foram concluídos, enquanto que os trabalhos relacionados à investigação estão substancialmente finalizados e em processo de conclusão.

Com a conclusão dos trabalhos de avaliação, e durante o processo de investigação, foi constatado:

- (i) que o investimento ocorreu de forma restrita à UEG Araucária;
- (ii) que o referido investimento ocorreu em desacordo com a política de investimento da Copel, a qual dispõe que a alocação de recursos financeiros em fundos exclusivos pode ocorrer quando esses forem compostos exclusivamente por títulos públicos federais e/ou títulos emitidos por instituições financeiras públicas federais;



- (iii) a necessidade de constituição de provisão para a desvalorização desse investimento em 2015 e em 2016, em razão (a) de suas características específicas, tais como estágio do empreendimento imobiliário e perspectiva de geração de caixa futura, e (b) de que as informações conhecidas durante a elaboração das DFs 2015 e DFs 2016 já estavam disponíveis à época e deveriam ter sido consideradas quando da elaboração das respectivas demonstrações financeiras daqueles períodos; e
- (iv) que, nos termos da documentação legal e societária dos fundos de investimentos investidos pela UEG Araucária, a partir de julho de 2015, esta passou a ter influência significativa, ainda que de forma indireta, na companhia de capital fechado por ela investida por meio de tais fundos de investimentos, pelo que, a partir daquela data, o saldo remanescente do investimento, até então classificado como instrumento financeiro mensurado a valor justo com base em laudo independente, passa a ser mensurado e divulgado como uma coligada. Os efeitos dessa mudança de classificação do ativo também impactaram resultado do período.

O referido investimento apresentava saldo de R\$ 111,8 milhões em 2015 e de R\$ 165,7 milhões em 2016, ambos na rubrica Títulos e Valores Mobiliários, no Ativo Circulante. Esta classificação contábil foi realizada com base nas informações disponibilizadas pela Administração da UEG Araucária de que tal investimento era em um fundo exclusivo, composto por cotas de fundos de investimento e títulos públicos, com liquidez imediata, e mantidos para negociação.

Diante das conclusões sobre a apuração adequada a respeito da classificação e valorização desse investimento, a Administração da Companhia apurou e procedeu os seguintes ajustes:

- (i) **Até julho de 2015:** apuração do valor justo do instrumento financeiro, identificando a necessidade de redução do ativo em R\$ 99,0 milhões, com respectivo acréscimo na rubrica de despesa financeira, e reclassificação do saldo remanescente para investimento em coligada;
- (ii) **Em 31 de dezembro de 2015:** provisão para desvalorização no valor de R\$ 5,0 milhões, com a respectiva redução na rubrica de resultado da equivalência patrimonial; e
- (iii) **Em 31 de dezembro de 2016:** provisão para desvalorização no valor de R\$ 59,6 milhões, sendo R\$ 55,3 milhões na rubrica de resultado da equivalência patrimonial e R\$ 4,3 milhões em despesa financeira.

Em decorrência do exposto anteriormente, as DFs 2015 e DFs 2016, apresentadas para fins de comparação, estão sendo reapresentadas de modo a incluir as provisões citadas acima e demonstrar que os saldos remanescentes desse investimento nos valores de R\$ 7,8 milhões em 2015 e de 9,6 milhões em 2016 foram reclassificados para o ativo não circulante, no grupo de Investimentos.

Adicionalmente, conforme informado no Fato Relevante nº 04/18, em 2017, a Copel Distribuição reconheceu ajustes de períodos anteriores relacionados a litígios tributários. O impacto destes ajustes representa, em 31 de dezembro de 2016, aumento de R\$ 32,0 milhões na rubrica Despesas Financeiras, e respectivo aumento em Provisões para Litígios, no Passivo Não Circulante, e aumento na rubrica de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, na Demonstração do Resultado, no montante de R\$ 10,9 milhões, com respectivo aumento na rubrica de Tributos Diferidos, no Ativo Não Circulante.

Em decorrência da realização dos ajustes mencionados anteriormente, os saldos comparativos de 2015 e de 2016 foram reapresentados junto com a reapresentação das Demonstrações Financeiras de 2017. Mais detalhes em nossas DFPs (NE nº 4.1)

Os quadros a seguir apresentam o impacto dos ajustes no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado para os períodos citados.

1º.01.2016	Controladora			Consolidado		
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>						
<b>Ativo</b>	<b>16.953.724</b>	<b>(83.189)</b>	<b>16.870.535</b>	<b>28.947.657</b>	<b>(103.986)</b>	<b>28.843.671</b>
Ativo circulante	793.345	-	793.345	6.933.397	(111.760)	6.821.637
Títulos e valores mobiliários	168	-	168	406.274	(111.760)	294.514
Ativo não circulante	16.160.379	(83.189)	16.077.190	22.014.260	7.774	22.022.034
Investimentos	14.140.573	(83.189)	14.057.384	2.224.710	7.774	2.232.484
<b>Passivo</b>	<b>16.953.724</b>	<b>(83.189)</b>	<b>16.870.535</b>	<b>28.947.657</b>	<b>(103.986)</b>	<b>28.843.671</b>
Patrimônio líquido	14.245.728	(83.189)	14.162.539	14.584.478	(103.986)	14.480.492
Atribuível aos acionistas da empresa controladora	14.245.728	(83.189)	14.162.539	14.245.728	(83.189)	14.162.539
Reserva de retenção de lucros	5.413.572	(83.189)	5.330.383	5.413.572	(83.189)	5.330.383
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	338.750	(20.797)	317.953



31.12.2016	Controladora			Consolidado		
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>						
<b>Ativo</b>	<b>17.320.563</b>	<b>(146.067)</b>	<b>17.174.496</b>	<b>30.434.209</b>	<b>(145.309)</b>	<b>30.288.900</b>
Ativo circulante	698.488	-	698.488	4.402.990	(165.749)	4.237.241
Títulos e valores mobiliários	149	-	149	302.398	(165.749)	136.649
Ativo não circulante	16.622.075	(146.067)	16.476.008	26.031.219	20.440	26.051.659
Imposto de renda e contribuição social diferidos	47.462	-	47.462	803.477	10.878	814.355
Investimentos	14.111.959	(146.067)	13.965.892	2.334.950	9.562	2.344.512
<b>Passivo</b>	<b>17.320.563</b>	<b>(146.067)</b>	<b>17.174.496</b>	<b>30.434.209</b>	<b>(145.309)</b>	<b>30.288.900</b>
Passivo não circulante	1.386.559	-	1.386.559	9.622.727	31.995	9.654.722
Provisões para litígios	152.944	-	152.944	1.241.343	31.995	1.273.338
Patrimônio líquido	14.864.165	(146.067)	14.718.098	15.155.446	(177.304)	14.978.142
Atribuível aos acionistas da empresa controladora	14.864.165	(146.067)	14.718.098	14.864.165	(146.067)	14.718.098
Reserva de retenção de lucros	5.162.983	(146.067)	5.016.916	5.162.983	(146.067)	5.016.916
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	291.281	(31.237)	260.044
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>						
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	1.026.621	(62.878)	963.743	(823.536)	(55.284)	(878.820)
Resultado da equivalência patrimonial	902.731	(62.878)	839.853	221.695	(55.284)	166.411
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>1.026.621</b>	<b>(62.878)</b>	<b>963.743</b>	<b>2.044.102</b>	<b>(55.284)</b>	<b>1.988.818</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(13.057)</b>	<b>-</b>	<b>(13.057)</b>	<b>(565.744)</b>	<b>(28.912)</b>	<b>(594.656)</b>
Receitas financeiras	321.056	-	321.056	896.553	7.383	903.936
Despesas financeiras	(334.113)	-	(334.113)	(1.462.297)	(36.295)	(1.498.592)
<b>Lucro operacional</b>	<b>1.013.564</b>	<b>(62.878)</b>	<b>950.686</b>	<b>1.478.358</b>	<b>(84.196)</b>	<b>1.394.162</b>
Imposto de renda e contribuição social	(54.914)	-	(54.914)	(530.568)	10.878	(519.690)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(50.032)	-	(50.032)	58.754	10.878	69.632
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>958.650</b>	<b>(62.878)</b>	<b>895.772</b>	<b>947.790</b>	<b>(73.318)</b>	<b>874.472</b>
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	-	-	-	958.650	(62.878)	895.772
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	(10.860)	(10.440)	(21.300)

A Companhia informa que, em razão da reapresentação das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e em atendimento ao disposto no artigo nº 133 da Lei 6.404/76, a 63ª Assembleia Geral Ordinária, previamente agendada para dia 15 de maio de 2018 foi postergada para 15 de junho de 2018 às 09h30 na sede social da Companhia, conforme já divulgado no Fato Relevante nº 06/18, sendo que os documentos referentes à AGO serão reapresentados junto à CVM nesta data. Com isso, de acordo com a proposta da Administração para a destinação do Lucro Líquido verificado no exercício de 2017, terão direito à parcela de dividendos constante na proposta da diretoria para a destinação do lucro líquido verificado no exercício de 2017, os acionistas que detiverem ações de emissão da Companhia na data de 15 de junho de 2018.

Curitiba, 14 de maio de 2018.

**Adriano Rudek de Moura**  
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Para outras informações, entre em contato com a equipe de Relações com Investidores:  
ri@copel.com ou (41) 3222-2027